

(CESPE / PGE-PE / 2019)

C

O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.

(CESPE / MPE-PI / 2018)



A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

(CESPE / POLÍCIA FEDERAL / 2018)

A administração pública, além de estar sujeita ao controle dos Poderes Legislativo e Judiciário, exerce controle sobre seus próprios atos. Tendo como referência inicial essas informações, julgue o item a seguir, acerca do controle da administração pública.

O Poder Judiciário tem competência para apreciar ~~o mérito~~ dos atos discricionários exarados pela administração pública, devendo, no entanto, restringir-se à análise da legalidade desses atos.

Ⓔ

(CESPE / POLÍCIA FEDERAL / 2018)

A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo exercido pelo Poder Legislativo Federal com o auxílio do TCU.

CN

C

(CESPE / STJ / 2018)

Cabe ao Poder Legislativo o poder-dever de controle financeiro das atividades do Poder Executivo, o que implica a competência daquele para apreciar o mérito do ato administrativo sob o aspecto da economicidade.

c

(CESPE / STJ / 2018)

A supervisão ministerial exercida sobre as autarquias é exemplo de controle administrativo hierárquico.

Ⓔ

(CESPE / CGM DE JOÃO PESSOA / 2018)

Quanto ao órgão que o exerce, o controle pode ser administrativo, legislativo ou judicial.



(CESPE / CGM DE JOÃO PESSOA / 2018)

O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a administração pública tem sobre seus próprios atos e agentes.

C

(CESPE / CGM DE JOÃO PESSOA / 2018)

INTERNO

O controle ~~externo~~ é efetivado por órgão pertencente à estrutura do órgão responsável pela atividade controlada e abrange a fiscalização e a correção de atos ilegais.

Ⓔ

(CESPE / CGM DE JOÃO PESSOA / 2018)

Cabe ao controle interno apoiar o controle externo na sua missão institucional de zelar pela regular aplicação dos recursos públicos.

(C)

(CESPE / CGM DE JOÃO PESSOA / 2018)

Cabe ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União,
excetuados aqueles repassados mediante convênio.

C

(CESPE / TCE-PE / 2017)

Cabe aos tribunais de contas a ~~anulação~~ de ato ou ~~contrato~~ dos órgãos
jurisdicionados eivado de vícios.

SUSCITAR

Ⓔ

(CESPE / TCE-PE / 2017)

Conforme a Constituição Federal de 1988, o sistema de controle interno de cada Poder deve apoiar o controle externo no exercício de sua função, razão por que o controle interno é ~~subordinado~~ ao controle externo.

Ⓔ

(CESPE / TCE-PE / 2017)

O controle interno administrativo consiste no poder da administração pública para anular ou revogar seus próprios atos, o que torna coisa julgada administrativa e, consequentemente, ~~impede~~ qualquer questionamento judicial posterior.

Ⓔ

(CESPE / TCE-PE / 2017)

O TCU não possui competência para executar decisões próprias que impliquem imputação de débito ou de multa.

↳ TCE

Ⓒ

(CESPE / TCE-PE / 2017)

O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo com auxílio dos tribunais de contas.



(CESPE / FUB / 2016)

O princípio fundamental do controle determina que o controle das atividades da administração federal seja exercido em todos os seus níveis e órgãos (sem exceções)

Ⓒ

(CESPE / TCE-PA / 2016)

O controle exercido sobre as entidades da administração indireta é de caráter essencialmente finalístico, pois elas não estão sujeitas à subordinação hierárquica, embora tenham de se enquadrar nas políticas governamentais e atuar em consonância com as disposições de seus estatutos.



(FCC / DPE-AM / 2019)

Determinado órgão da Administração Estadual está sofrendo um processo de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado. Nesse caso, a tomada de contas é uma manifestação de controle

- A) ~~prévio.~~ **POSTERIOR**
- B) ~~interno.~~ **EXTERNO**
- C) ~~jurisdicional.~~ **LEGISLATIVO**
- D) ~~político.~~
- ~~E) externo.~~ **(E)**

(FCC / SEGEP-MA / 2018)

Suponha que o Estado tenha firmado contrato para execução de uma obra rodoviária de grande porte e, posteriormente, o Tribunal de Contas, no exercício da atividade própria de controle externo que lhe é conferida pela Constituição Federal, tenha identificado diversas irregularidades no procedimento licitatório que precedeu a contratação, maculando o contrato firmado, bem como outras tantas irregularidades na execução do contrato, com a atestação e pagamento de serviços não realizados. Diante desse cenário, considerando as disposições constitucionais aplicáveis, a Corte de Contas

- A) somente poderá determinar a ~~sustação~~ do contrato e a aplicação das sanções previstas em lei aos responsáveis se ainda estiver pendente de julgamento procedimento de exame prévio regularmente instaurado na fase licitatória.
- B) deve representar aos órgãos responsáveis pelo controle interno no âmbito do Poder Executivo, para adoção das medidas cabíveis, ~~eis~~ que, superada a fase de licitação, não mais possui competência para controle dos atos envolvendo a execução do contrato.
- C) deverá determinar a imediata ~~suspensão~~ da execução do contrato, se vislumbrar risco de prejuízo ao erário, comunicando o fato, em no máximo 30 dias, ao Poder Executivo e ao Legislativo, bem como aplicando as sanções previstas em lei ao ordenador de despesa.

D) determinará, em caráter cautelar, o afastamento do ordenador de despesa, bem como a ~~sustação~~ da execução do contrato, estando obrigada a concluir, sob pena de caducidade, o julgamento definitivo das contas do Estado no prazo de 60 dias.

E) é competente para aplicação das sanções previstas em lei aos responsáveis, uma vez constatada a ilegalidade das despesas, porém não para a sustação do contrato, que somente pode ser determinada pelo Poder Legislativo.

E

(FCC / TRT 24ª REGIÃO / 2017)

Considere duas situações hipotéticas: I. o Congresso Nacional decide apurar a legalidade de ato administrativo praticado pelo presidente de autarquia federal. II. o Congresso Nacional anulou ^{SUSITAR} ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar. No que concerne ao controle legislativo, especificamente ao controle político exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração pública,

- A) ambas as hipóteses estão ~~co~~retas.
- B) ambas as hipóteses estão ~~inco~~retas, pois extrapolam os limites do controle legislativo exercido sobre os atos da Administração pública.

C

~~C~~) está correta apenas a primeira hipótese; no item II, cabe ao Congresso tão somente sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

D) está correta apenas a segunda ~~hipótese~~; no item I, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, não abrangendo, no entanto, a administração indireta.

E) ambas as hipóteses estão incorretas, pois foram citadas atribuições exclusivas do Senado Federal no exercício do controle legislativo.